

São José do Xingu, 4 de abril de 2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Eu, Cacique Raoni Metyktire, presidente do Instituto Raoni e liderança tradicional da Terra Indígena Capoto/Jarina, venho, por meio desta, expor e solicitar a devida atenção de Vossa Excelência para uma série de demandas prioritárias que envolvem a proteção dos direitos dos povos indígenas e a preservação dos territórios de inestimável valor cultural e ambiental. Nesta carta reúno demandas de lideranças indígenas que necessitam de atenção urgente do governo federal.

A Terra Indígena Kapôt Nhinore, que ocupa cerca de 360 mil hectares, é lar dos povos Mebengôkre (Kayapó) e Yudjá (Juruna) e representa uma área de inestimável importância socioambiental e cultural. Desde 2004, diversos estudos vêm sendo realizados para o seu reconhecimento. Contudo, pressões políticas locais, interesses do agronegócio e a especulação imobiliária têm atrasado significativamente o processo de demarcação. Em 2023, a FUNAI chegou à fase de “delimitação”. Aguardamos algum avanço desde então. E assim se vão mais dois anos. É imperativo que o processo seja concluído com celeridade, assegurando a integridade cultural e ambiental deste território e o uso exclusivo de seus recursos naturais, além de reduzir os conflitos fundiários.

Em termos de infraestrutura, chama a atenção a situação da rodovia MT-322, que, mesmo não estando completamente asfaltada, já causa impactos diretos às comunidades indígenas pelo aumento do tráfego de cargas e pela intensificação das pressões nos territórios. Aproximadamente 100 quilômetros desta via se encontram no limite entre as Terras Indígenas Capoto-Jarina – habitada por povos Kayapó, Yudjá, Tapayuna e Trumai, e representada pelo Instituto Raoni –, e o Território Indígena do Xingu, que abriga 16 povos diferentes. O asfaltamento é importante para garantir o acesso a serviços essenciais, como atendimento à saúde. Mas lhe peço: é imprescindível que o licenciamento ambiental seja rigorosamente realizado pelo Ibama e que haja consulta prévia e efetiva aos povos diretamente impactados para evitar a ampliação dos riscos socioambientais.

Ainda, a MT-322 é cortada em parte do seu trecho pelo Rio Xingu. Hoje, as travessias são feitas por balsa, que é administrada pelo povo Kayapó. Complementar à rodovia, ela é a única alternativa para o escoamento da produção regional, comércio e transporte de pessoas, sendo um meio de integração entre o norte do estado e a região do Araguaia. Devido a seu papel essencial para o deslocamento da região, faz-se necessário a construção de uma balsa maior, equipada com rebocador, que assegure a travessia com maior rapidez e segurança, proporcionando mais segurança e agilidade no deslocamento de pessoas e cargas, diminuindo o isolamento e garantindo maior acesso a direitos.

Os desafios não se restringem apenas à rodovia. As aldeias Capoto e Metuktire – esta última, minha residência – enfrentam dificuldades de acesso agravadas pelas fortes chuvas. Pontes precárias e trechos de estradas em péssimas condições colocam em risco a integridade dos moradores e das equipes de apoio que se deslocam até a aldeia Capoto. A situação compromete a continuidade dos atendimentos de saúde, programas de educação e assistência social, além de atrasar o escoamento dos produtos locais e o fornecimento de insumos essenciais. Diante deste cenário, é urgente que o governo ofereça suporte para a manutenção permanente, com materiais de alta durabilidade, e a melhoria das vias de acesso à comunidade, além da abertura de estrada para aldeia Metuktire —que atualmente só pode ser acessada de barco — de modo a garantir uma rota rápida e segura que minimize o isolamento e a vulnerabilidade socioeconômica dessas comunidades.

A clara demarcação dos limites territoriais é outra demanda urgente. A ausência de marcações precisas favorece invasões, conflitos fundiários e disputas legais, permitindo que posseiros, garimpeiros e madeireiros questionem os limites das aldeias e demais Terras Indígenas. Frente a isso, as lideranças indígenas têm reivindicado a aviventação das fronteiras, por meio da instalação de marcos e sinalizações visíveis, de modo a reforçar a proteção coletiva do bloco de territórios Kayapó e facilitar a articulação junto à FUNAI e aos órgãos de registro de imóveis.

Ademais, é necessário destacar o enfraquecimento da atuação da FUNAI a partir de 2012, especialmente durante os anos de 2019, 2020 e no contexto da pandemia. Durante esse período, a impossibilidade de contatos presenciais e a falta de investimentos comprometeram a identificação de ameaças e a mediação de conflitos. Diversas comunidades, por isso, vêm recorrendo a organizações indígenas, como o Instituto Raoni, que têm demonstrado agilidade na resolução de situações emergenciais. Torna-se, portanto, imprescindível o fortalecimento institucional da FUNAI, com o aumento de recursos, a contratação de profissionais especializados e a retomada de iniciativas permanentes de vigilância e mediação territorial.

Para intensificar a proteção destes territórios, a instalação de bases de monitoramento em pontos estratégicos mostra-se essencial. Atualmente, os territórios Kayapó contam com 16 bases operacionais – entre elas, três administradas diretamente pelo Instituto Raoni por meio de recursos próprios e parcerias filantrópicas – que têm se mostrado decisivas para detectar atividades ilegais, como garimpo, extração de madeira e invasões. No entanto, o apoio governamental para a construção de novas bases e a manutenção das existentes, bem como para o fortalecimento das equipes de vigilância, é de extrema importância.

Gostaria de destacar a importância da mudança da Coordenação Regional (CR) da FUNAI do município de Colíder para Peixoto de Azevedo. Essa alteração representa uma oportunidade estratégica para aprimorar o atendimento às comunidades indígenas da região, uma vez que Peixoto de Azevedo está mais próximo de diversas terras indígenas. Tal proximidade permite maior agilidade na implementação de políticas públicas e melhora o acesso às comunidades. Além disso, essa mudança pode otimizar recursos financeiros e logísticos, fortalecendo a presença da FUNAI em áreas prioritárias e garantindo um suporte mais eficiente às populações indígenas.

Também gostaria de dar luz à importância vital do aumento do teto orçamentário da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que desempenha um papel essencial na garantia do direito constitucional à saúde dos povos indígenas, promovendo ações fundamentais de atenção básica e saneamento em regiões remotas e de difícil acesso. O fortalecimento do orçamento da SESAI permitirá a ampliação e o aprimoramento dessas ações, garantindo que nossas comunidades e aldeias sejam atendidas de forma digna e respeitosa, alinhada às especificidades culturais e necessidades epidemiológicas. Este é um passo crucial para a promoção da equidade no cuidado à saúde e a preservação dos direitos não apenas do meu povo, mas de todos os povos originários do nosso país.

Por fim, ressalto a necessidade urgente de investimentos em brigadas de combate a incêndios e em programas de segurança alimentar. Em agosto e setembro de 2024, a Terra Indígena Capoto/Jarina registrou ocorrências de incêndios que consumiram cerca de 11,6% de sua área, com 611 focos de calor identificados em um mês, evidenciando a severidade dos impactos das queimadas sobre a biodiversidade e a subsistência das comunidades. As brigadas indígenas, junto aos voluntários e equipes do PrevFogo, encontram-se sobrecarregadas diante da extensão territorial e das limitações de recursos. Investir em equipamentos adequados, veículos, combustível, capacitação técnica, além de ampliar o número de brigadas, é medida urgente para a contenção dos incêndios. Simultaneamente, é fundamental fortalecer programas que incentivem a produção local e as técnicas tradicionais de plantio e manejo sustentável, assegurando a autonomia e segurança alimentar dos povos originários.

Em face de todo o exposto, solicito a especial atenção e o empenho de Vossa Excelência para que sejam adotadas medidas concretas que assegurem a demarcação integral das Terras Indígenas, melhorem a infraestrutura de acesso às aldeias, reforcem a fiscalização e a vigilância territorial e fortaleçam tanto a FUNAI quanto as brigadas de combate a incêndios. Tais ações são decisivas para reparar injustiças históricas, preservar a biodiversidade e garantir os direitos fundamentais dos povos indígenas do nosso país.

Na certeza de contar com sua sensibilidade e compromisso com a justiça social e ambiental, renovo votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ROINI

Raoni Metyktire

Presidente do Instituto Raoni

Liderança tradicional da Terra Indígena Capoto/Jarina